

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DO POLARIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

C.N.P.J./M.F. N.º 08.692.920/0001-20

Código ISIN das Quotas: [•]

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar – Rio de Janeiro – RJ
Administrador e Distribuidor

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301 – Rio de Janeiro – RJ
Gestor

O Fundo e a Oferta foram registrados automaticamente na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 14 de março de 2007, mediante protocolo da documentação competente. A Comissão de Valores Mobiliários aprovou o registro através da expedição do Ofício N° CVM/SRE/RFP/2007/018.

Distribuição pública de 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) quotas ("Quotas") do Polaris Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

POLARIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (o "Fundo") é um fundo de investimento em participações societárias, constituído sob a forma de condomínio fechado e reger-se-á pelas disposições contidas em seu regulamento ("Regulamento"), anexo ao presente, pela Instrução nº 391 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelas demais disposições legais aplicáveis.

As Quotas serão objeto de distribuição pública no mercado de balcão não organizado ("Oferta"). A presente emissão de Quotas é composta por 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) Quotas com preço inicial de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando um montante de até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

O objetivo do Fundo é obter ganhos de capital e outros rendimentos, por meio de investimentos de longo prazo em companhias (as "Companhias Alvo"), que tenham como cliente principal o setor de educação ou que exerçam atividades correlatas e complementares às do referido setor, assim como possuam características e serviços inovadores e que projetem um elevado retorno na visão do Gestor.

O Fundo foi constituído em 06 de março de 2007 por meio do "Instrumento Particular de Constituição do Polaris Fundo de Investimento em Participações", do qual seu Regulamento compunha o anexo, registrado no 4º Ofício de registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 06 de março de 2007, sob n.º 723282.

Em vista da natureza do investimento em participações, e da política de investimento do Fundo, os investidores do Fundo devem estar cientes: i) de que os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos; ii) que a maturação dos investimentos em participações é de longo prazo, estando compreendida dentro do prazo total do Fundo; e iii) que a carteira do Fundo poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de poucas ou uma única Companhia Investida (Companhia Alvo que vier a ter ativos adquiridos pelo Fundo), tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais Companhias Investidas.

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco nas páginas 22 a 24 deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante do Fundo, das Companhias Investidas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto, do Regulamento do Fundo, de documento contendo descrição da qualificação e da experiência profissional do Administrador e do Gestor, na função de administração ou gestão de carteira, e do documento contendo descrição das despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o quotista tenha de arcar, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

A autorização para funcionamento e/ou oferta das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, do Gestor e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitos ao Administrador e/ou Gestor nos telefones e endereços constantes da página 9 e 10.



Mellon Serviços Financeiros

Administrador



Mellon

Mellon Global Investments - Brasil

Gestor



Bradesco

Custodiante

Prospecto de 14 de março de 2007

ÍNDICE

CAPA	1-3
ÍNDICE	4-5
1. Características da Oferta	6
1.1. A Oferta	6
1.2. Público Alvo	6
1.3. Inadequação de Investidores	6
1.4. Registro da Oferta das Quotas	6
1.5. Quantidade de Quotas desta Emissão	6
1.6. Preço de Emissão das Quotas	6
1.7. Regras de Subscrição e Integralização das Quotas	6
1.8. Valor Mínimo de Investimento	7
1.9. Cronograma da Oferta	7
1.10. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	8
2. Custos de Distribuição	8
3. Outras Informações	9
3.1 Esclarecimentos acerca do Fundo e Cópias	9
3.2. Identificação dos demais prestadores de serviços ao Fundo	9
3.3. Declaração do Administrador	10
4. Informações sobre o Fundo	10
4.1. Base Legal	10
4.2. Público Alvo	10
4.3. Administração e Gestão da Carteira	11
4.4. Custódia, Tesouraria, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo	11
4.5. Auditoria	11
4.6. Objetivo, Política de Investimento e Composição da Carteira	12
4.7. Estrutura Decisória e Comitê de Investimento	13
4.8. Patrimônio Inicial	15
4.9. Prazo de Duração do Fundo	15
4.10. Regras de Subscrição e Integralização	16
4.11. Amortização de Quotas	16
4.12. Resgate	16
4.13. Negociação das Quotas	16
4.14. Remuneração	17
4.15. Taxa de Ingresso, Saída ou Performance	17
4.16. Encargos	17
4.17. Patrimônio Líquido e Avaliação dos Ativos	18
4.18. Política de Divulgação de Informações	19
4.19. Regras de Tributação do Fundo	20
5. Fatores de Risco	22
6. Atendimento aos Quotistas	24
7. Informações sobre as Partes	24
7.1. Administrador	24
7.2. Gestor	25

7.3. Custodiante	26
8. Relacionamento entre as Partes	27
8.1. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante	27
8.2. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor	27
8.3. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante	27
ANEXO – Regulamento do Fundo	28

1. Características da Oferta

1.1. A Oferta

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob regime de melhores esforços.

1.2. Público Alvo

O público alvo são investidores qualificados, conforme definido pelo art. 109 da Instrução CVM nº 409, que desejam obter retorno dos investimentos em longo prazo, mediante subscrição mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em quotas do Fundo.

1.3. Inadequação de Investidores

A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla e imediata liquidez em seus títulos.

1.4. Registro da Oferta das Quotas

O Fundo e a Oferta foram registrados automaticamente na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 14 de março de 2007, mediante protocolo da documentação competente, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

A Comissão de Valores Mobiliários aprovou o registro através da expedição do Ofício Nº [•]

1.5. Quantidade de Quotas desta Emissão

Esta emissão é composta por 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

1.6. Preço de Emissão das Quotas

O Preço de Emissão de cada Quota foi fixado em R\$ 1,00 (um real) por Quota, totalizando a Oferta o montante de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) em Quotas.

1.7. Regras de Subscrição e Integralização das Quotas

A subscrição total das Quotas deve ser encerrada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da autorização da respectiva distribuição pela CVM. O Administrador poderá encerrar antecipadamente a emissão inicial, a pedido do Comitê

de Investimentos, procedendo ao cancelamento das quotas restantes, desde que atingido o mínimo de 5.000.000 (cinco milhões) quotas subscritas.

Quando da subscrição de quotas do Fundo, os quotistas deverão realizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme determinado no Compromisso de Investimento, a integralização de 100% (cem por cento) das Quotas subscritas. As aquisições de Quotas do Fundo poderão ser efetuadas em qualquer dia útil dentro do horário estabelecido pelo Administrador, durante o período de distribuição das Quotas, através das modalidades de transferência de recursos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

No ato da subscrição das Quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será entregue ao Administrador.

Os recursos depositados pelos investidores para a integralização de Quotas do Fundo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, devendo constar do recibo fornecido ao investidor, expressamente, o valor dos recursos entregues à instituição.

As Quotas serão integralizadas pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real).

As Quotas serão emitidas em números inteiros ou fracionários e terão a forma nominativa e serão escrituradas em nome de seu titular, observado o disposto na Instrução CVM nº 391/2003.

O Administrador emitirá mensalmente, extrato comprobatório da propriedade do número de Quotas pertencentes a cada condômino, conforme registros do Fundo.

1.8. Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição por quotista é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

1.9. Cronograma da Oferta

(as datas abaixo estipuladas são meras expectativas, não representando obrigação do Fundo o seu cumprimento)

Início da Oferta	A Oferta terá início em 15 de março de 2007, com a publicação do respectivo anúncio de início de distribuição.
Prazo de Colocação	As Quotas do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas até 11 de setembro de 2007.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão ofertadas pelo Administrador junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir de 15 de março de 2007 até 11 de setembro de 2007, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Término e Divulgação do Resultado da Oferta	Ao final da Oferta será publicado anúncio de encerramento no Diário Mercantil do Rio de Janeiro, periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo e da Oferta.

1.10. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

O Administrador pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, substanciais e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido do registro de distribuição, que resulte em um aumento relevante dos riscos por ele assumidos e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, o Administrador pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM n.º 400/03. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado por até 90 dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Eventual modificação da Oferta será imediatamente divulgada ao público por meio de publicação no periódico utilizado para divulgação de informações do fundo e da Oferta. Na hipótese de modificação da Oferta, o Administrador se acautelará e se certificará, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Oferta.

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede do Administrador, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

2. Custos de Distribuição

Os custos de distribuição quando existentes, serão responsabilidade do Administrador do Fundo. Os custos de distribuição previstos são:

Custos	Custo Total (em R\$)	% em Relação ao valor da Distribuição Pública
Comissões		
<i>Comissão de Coordenação</i>	0	0%
<i>Comissão de Colocação</i>	0	0%
<i>Comissão de Garantia de Subscrição</i>	0	0%

<i>Outras Comissões</i>	0	0%
Custo Unitário de Distribuição	0	0%
Despesas decorrentes do Registro		
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	R\$67.200,00	0,6400%
<i>Outras Despesas de Registro</i>	R\$500,00	0,0048%
Outros Custos		
<i>Publicidade</i>	R\$4.000,00	0,3810%
Total	R\$71.700,00	0,6829%

3. Outras Informações

3.1 Esclarecimentos acerca do Fundo e Cópias do Regulamento e deste Prospecto

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede do Administrador, nos endereços indicados abaixo, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Simone Rosa

Tel.: (21) 3974.4500

Fax.: (21) 3974.4501

Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrasil.com.br

Website: www.mellonbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Website: www.cvm.gov.br

3.2. Identificação dos demais prestadores de serviços ao Fundo

Gestor:

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda

Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 3301 – Rio de Janeiro – RJ

At: Delano Octavio Jorge Franco

Correio Eletrônico: delano@mellonbrasil.com.br

Tel.: (21) 2510-9970/2150-9902

Fax. (21) 2510-9901

Custodiante:

Banco Bradesco S.A.,
Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara
Osasco - São Paulo
At.: Ronaldo Lopes Costa
Correio Eletrônico: 4010.ronaldol@bradesco.com.br
Tel.: (11) 3684-5170
Fax: (11) 3684-2714

Audidores Independentes:

Terco Grant Thornton Auditoria e Consultoria S.A.
Avenida das Nações Unidas, 13.797, bloco II, 18º andar – São Paulo – SP
At: Ricardo Afonso Parra
Tel: 11- 3054-0007
Fax: 11-3054-0296

3.3. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da presente emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

4. Informações sobre o Fundo

4.1. Base Legal

O Polaris Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores.

4.2. Público Alvo

O público alvo do Fundo são investidores qualificados, conforme definido pelo art. 109 da Instrução CVM nº 409, que desejam obter retorno dos investimentos em longo prazo, mediante subscrição mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em quotas do Fundo.

Nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, são considerados investidores qualificados:

- a) instituições financeiras;
- b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados;
- f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

4.3. Administração e Gestão da Carteira

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento, através do Ato Declaratório nº 4.620, datado de 19 de dezembro de 1997.

A gestão do Fundo fica a cargo da Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda. (“Gestor”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301, inscrita no CNPJ sob o nº 05.236.848/0001-38, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.977, datado de 02 de outubro de 2002.

4.4. Custódia, Tesouraria, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para a prestação dos serviços de custódia, tesouraria e liquidação das Quotas do Fundo, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, na Vila Yara, inscrita no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12.

Os serviços de escrituração, controle de ativos e passivos, cálculo da Quota, processamento e contabilidade do Fundo serão prestados pelo próprio Administrador.

4.5. Auditoria

Os serviços de auditoria serão prestados ao Fundo pela Terco Grant Thornton Auditoria e Consultoria S.A., com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 13.797, bloco II, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.326.016/0001-99.

A empresa de auditoria é a responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

4.6. Objetivo, Política de Investimento e Composição da Carteira

O objetivo do Fundo é obter ganhos de capital e outros rendimentos, por meio de investimentos de longo prazo em companhias (as “Companhias Alvo”), que tenham como cliente principal o setor de educação ou que exerçam atividades correlatas e complementares às do referido setor, assim como possuam características e serviços inovadores e que projetem um elevado retorno na visão do Comitê de Investimentos, conforme definido abaixo.

O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas, com influência efetiva na definição de sua política estratégica, através dos seguintes mecanismos:

- a) indicação de membro para ocupar assento no conselho de administração;
- b) detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- c) celebração de acordo de acionistas; ou
- d) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão da Companhia Investida.

Os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo serão realizados mediante a aquisição de ações, certificados de depósito de ações, bônus de subscrição, debêntures e/ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, desde que de emissão das Companhias Alvo. As Companhias Alvo que efetivamente receberem aporte de recursos pelo Fundo, são designadas "Companhias Investidas".

O Fundo poderá concentrar a totalidade de seu patrimônio líquido em uma única Companhia Investida.

O Fundo poderá negociar com outros investidores interessados na realização de co-investimentos nas Companhias Alvo, de forma a mitigar os riscos envolvidos no investimento.

Somente poderão ser alvo de investimento do Fundo as Companhias Alvo que não estejam ou tenham estado em regime de recuperação judicial ou falência.

O Fundo somente investirá em Companhias Alvo que se comprometerem a, no mínimo, adotar de imediato as seguintes práticas diferenciadas de governança corporativa:

- a) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- b) estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;

- c) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- d) adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- e) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- f) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

O Comitê de Investimento, a seguir definido, deverá analisar as Companhias Alvo nas quais o Fundo pretende realizar seus investimentos. Uma vez aprovada pelo Comitê e Investimento a Companhia Alvo estará apta a se tornar uma Companhia Investida, podendo o Administrador realizar novos investimentos em títulos e valores mobiliários da Companhia Investida sempre que julgar conveniente.

Após a decisão de investimento, o Gestor terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para aplicar os recursos nas companhias investidas.

O Fundo investirá seus recursos preponderantemente em títulos e valores mobiliários emitidos pelas Companhias Alvo, de acordo com a política de investimentos estipulada no Regulamento.

A parcela disponível de recursos da carteira do Fundo não investidos na forma acima exposta poderá ser aplicada nos seguintes ativos de liquidez:

- a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil;
- b) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
- c) quotas de fundos de investimento, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, Gestor e/ou por empresa a ele ligada.

A parcela de liquidez acima referida deve ser suficiente para suportar o pagamento das taxas e despesas do Fundo, inclusive as existentes no período entre a integralização de quotas e a efetiva aplicação nas Companhias Alvo e nos casos de desinvestimento até a próxima amortização ou resgate de quotas.

4.7. Estrutura Decisório e Comitê de Investimento

A seleção de investimentos cabe, com exclusividade, ao Gestor. Não obstante, o investimento do Fundo nas Companhias Alvo será sempre indicado previamente pelo Comitê de Investimento ao Gestor.

O Comitê de Investimento será formado por 03 (três) membros, sendo um indicado pelo Administrador e dois indicados pelos quotistas em assembléia geral. Dentre os membros eleitos pelos quotistas um deles deve, necessariamente, ser quotista do Fundo.

O Comitê de Investimento terá competência para:

- I. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- II. decidir sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento nas Companhias Investidas, bem como informar o Administrador e Gestor acerca da respectiva decisão;
- III. decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- IV. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a carteira do Fundo, por ocasião de sua liquidação;
- V. aprovar previamente a celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Artigo 7º deste regulamento;
- VI. fornecer ao Administrador, mediante solicitação, as informações necessárias para a elaboração do parecer a que se refere o Artigo 4º, inciso e, deste regulamento, bem como fornecer os estudos e análises de investimento, e suas respectivas atualizações periódicas, a que se refere o Artigo 4º, incisos f e g deste regulamento;
- VII. indicar membros para serem eleitos pelo Fundo para o conselho de administração da Companhia Investida,;
- VIII. indicar membros para o conselho fiscal ou quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, das Companhias Investidas e de outras sociedades anônimas, abertas ou fechadas, objeto de investimento pelo Fundo, se for o caso, observado o disposto no regulamento; e
- IX. indicar representantes para comparecer e votar em assembléias gerais e especiais das sociedades anônimas, abertas ou fechadas, objeto de investimento pelo Fundo e, especialmente nas Companhias Investidas, e transmitir-lhes as instruções de voto a serem seguidas nas respectivas assembléias.

Os membros do Comitê de Investimento, uma vez eleitos, terão mandato pelo prazo de duração do Fundo ou até sua substituição pela assembléia geral, devendo permanecer no cargo até que a assembléia geral nomeie seu substituto no caso de renúncia.

As reuniões do Comitê de Investimento deverão ser convocadas por qualquer membro do referido Comitê mediante notificação prévia, por escrito, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data de sua realização, a todos os membros do Comitê de Investimento, contendo, de forma sucinta, os pontos a serem apreciados na reunião.

Referida notificação por escrito será dispensada quando todos os membros do Comitê de Investimentos estiverem presentes na reunião. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes e os votos serão contados por cabeça.

A participação no Comitê poderá se dar por conferência telefônica, com posterior formalização em ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros do Comitê de Investimentos presentes e entregues ao Administrador e ao Gestor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer tipo de remuneração do Fundo pelo desempenho de seus serviços

4.8. Patrimônio Inicial

O Fundo poderá distribuir Quotas até o valor total de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), sendo que o valor mínimo de distribuição deverá ser igual a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A emissão de Quotas deverá ser feita ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real) por Quota.

Os serviços de distribuição das Quotas do Fundo serão executados pelo Administrador do Fundo, que também é instituição legalmente habilitada para executar serviço de distribuição.

O número de Quotas a serem distribuídas do Fundo será de no mínimo 5.000.000 (cinco milhões) e no máximo 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) Quotas.

O valor individual mínimo de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O prazo de distribuição da integralidade das Quotas será até 180 (cento e oitenta) dias, iniciando-se a partir da data da obtenção do registro da distribuição pública na CVM.

Caso seja atingido o valor mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) o Fundo poderá iniciar suas operações e dar por encerrada a distribuição de suas Quotas, a qualquer momento, por decisão do Administrador.

Caso não seja atingido o valor mínimo estabelecido acima, os valores captados serão distribuídos aos subscritores de Quotas, acrescidos de eventuais rendimentos e deduzidas as despesas operacionais incorridas pelo Administrador e/ou pelo Gestor.

4.9. Prazo de Duração do Fundo

O Fundo tem prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da data de sua constituição. O prazo acima referido poderá ser prorrogado, por decisão da assembléia geral de quotistas do Fundo.

Os 15 (quinze) primeiros anos de funcionamento do Fundo constituirão o período de investimentos. Completado este prazo será convocada assembléia geral de quotistas para decidir pela prorrogação do prazo de duração do Fundo ou início do período de desinvestimento para a alienação dos ativos, que, a princípio, durará os 5 (cinco) anos subseqüentes.

4.10. Regras de Subscrição e Integralização

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Quando da subscrição de quotas do Fundo, os quotistas deverão realizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, conforme orientação do Administrador constante do boletim de subscrição, a integralização de 100% (cem por cento) das quotas subscritas. As aquisições de quotas do Fundo poderão ser efetuadas em qualquer dia útil dentro do horário estabelecido pelo Administrador, através das modalidades de transferência de recursos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

4.11. Amortização de Quotas

Podem ser efetuadas amortizações parciais das quotas do Fundo sempre que ocorrer alienação de participação nas Companhias Investidas, ou quaisquer outros eventos que impliquem no recebimento, pelo Fundo, de disponibilidades financeiras relacionadas à propriedade dos ativos do Fundo, a critério do Administrador.

Os dividendos a serem distribuídos pelas Companhias Investidas serão pagos diretamente aos quotistas na forma de amortização, no prazo máximo de 10 (dez) dias do seu recebimento pelo Fundo, podendo o Administrador solicitar à Companhia Investida que faça esses pagamentos diretamente aos quotistas. Os demais rendimentos serão objeto de reinvestimento pelo Fundo.

4.12. Resgate

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração, fixado no do Regulamento do Fundo ou pela liquidação do Fundo.

4.13. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.

Para proceder a transferência de titularidade das Quotas negociadas privadamente, será exigido pelo Administrador a comprovação da condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas e a apresentação do Contrato de Compra e Venda registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, é permitida a negociação de Quotas, pelo quotista, a qualquer momento após a integralização das mesmas.

4.14. Remuneração

Pela prestação dos serviços de administração ao Fundo, o Administrador e o Gestor serão remunerados por uma "Taxa de Administração" correspondente a: i) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo; ou ii) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por mês, fixos, o que for maior.

A Taxa de Administração somente poderá ser alterada por decisão da assembléia geral de quotistas.

A remuneração acima prevista deve ser apropriada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente, por período vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Para efeitos do disposto acima e no Regulamento do Fundo, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário na sede do Administrador.

4.15. Taxa de Ingresso, Saída ou Performance

Não serão cobradas taxas de ingresso, saída ou performance do Fundo ou de seus quotistas.

4.16. Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas, a critério do Administrador:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com o registro de documentos em cartórios, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos quotistas;
- d) honorários e despesas com os auditores encarregados do exame das demonstrações contábeis do Fundo, efetuado de acordo com as normas de auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;

- f) honorários advocatícios, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, conforme o caso;
- g) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólice de seguro e não decorrentes diretamente de culpa ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- h) prêmios de seguros;
- i) quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- j) taxas e despesas de custódia e liquidação de títulos e valores mobiliários do Fundo;
- k) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, e à realização da assembleia geral de quotistas, desde que limitados a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) durante o prazo de duração do Fundo; e
- l) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, desde que limitados a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) durante o prazo de duração do Fundo, podendo este valor ser reavaliado pela assembleia geral de quotistas no caso de novas emissões.

As despesas não previstas acima como encargo do Fundo, inclusive aquelas relativas à contratação de serviços de terceiros, correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da assembleia geral de quotistas.

O Administrador poderá, na qualidade de representante do Fundo, estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração estabelecida no Artigo 25º deste Regulamento.

4.17. Patrimônio Líquido e Avaliação dos Ativos

O patrimônio líquido do Fundo é constituído pela soma do disponível, mais o valor dos ativos da carteira, mais valores a receber, menos exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).

A avaliação dos ativos que compõem a carteira do Fundo será feita ordinariamente ao fim de cada semestre civil, utilizando-se, na avaliação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, os seguintes critérios e metodologias:

- I. ações sem cotação de mercado serão mantidas pelo custo de aquisição;
- II. ações com cotações de mercado serão avaliadas pela cotação média diária em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado;
- III. debêntures serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão; e
- IV. quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulamentação em vigor.

Os demais títulos e valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a carteira não referidos nos incisos anteriores serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do Fundo.

4.18. Política de Divulgação de Informações

O Administrador deverá divulgar, ampla e imediatamente, por qualquer meio, qualquer ato ou fato relevante de modo a garantir a todos os quotistas as informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo e os demais investidores quanto à aquisição de quotas.

Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes às Companhias emissoras de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia.

O Administrador remeterá aos cotistas e à CVM:

I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:

- a. valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- b. número de quotas emitidas.

II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:

- a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
- b. demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM nº 391;
- c. os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
- d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- a. as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- b. o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e

- c. os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo Administrador aos cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

As informações prestadas ou divulgadas pelo Fundo deverão estar em conformidade com o relatório anual ou o relatório semestral protocolizado na CVM, conforme o caso.

Se alguma informação do Fundo for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, o Fundo utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação, no qual foi prestada a informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo republicada para correção de informações errôneas ou impróprias.

O Administrador não estará obrigado a remeter as informações tratadas acima caso a última remessa de informações tenha sido devolvida por incorreção no endereço declarado, e o quotista não tenha comunicado ao Administrador a respectiva atualização de seu endereço.

4.19. Regras de Tributação do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de valores mobiliários de Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio do mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimento auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por

cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo:

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministério da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

5. Fatores de Risco

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e de seus

objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo e, em particular, avaliar os fatores de risco relativos às Companhias investidas, incluindo, mas não se limitando aos seguintes:

a) Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo é um condomínio fechado, não sendo admitido o resgate de suas Quotas. Dessa forma, um quotista interessado em alienar suas Quotas deverá encontrar, sob a sua exclusiva responsabilidade, um comprador para sua participação, observado que o adquirente deverá ser um investidor qualificado. O quotista corre o risco de não conseguir alienar sua participação no momento e nas condições que desejar. Os quotistas devem estar cientes que a liquidez das quotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

b) Concentração e Riscos da Carteira

O Fundo investirá seus recursos em Companhias que tenham como cliente principal o setor de educação ou que exerçam atividades correlatas e complementares às do referido setor, assim como possuam características e serviços inovadores e que projetem um elevado retorno na visão do Gestor.

c) Ausência de Companhia a serem Investidas

O Fundo foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias cujo objeto que tenham como cliente principal o setor de educação ou que exerçam atividades correlatas e complementares às do referido setor, assim como possuam características e serviços inovadores e que projetem um elevado retorno na visão do Gestor. Há o risco de não serem encontradas Companhias com as características perseguidas pelo Fundo, ou Companhias cujos valores mobiliários estejam com preço atrativo ao Fundo durante o Período de Investimento. Neste caso, os recursos que não estiverem alocados nos termos da Política de Investimento do Fundo deverão ser investidos na forma disposta neste Prospecto e no Regulamento do Fundo.

d) Risco de Liquidez

Caracteriza-se principalmente pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, podendo o Gestor encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar esses ativos pelo preço e no tempo desejados.

e) Amortização de Quotas Condicionada ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos e dividendos atribuídos às ações de propriedade do Fundo e ao retorno do investimento nas Companhias. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos ora citados.

f) Possibilidade de Conflito de Interesses

As Companhias Investidas poderão ser de alguma forma ligadas ao Administrador, Gestor ou membros do Comitê de Investimento, desde que aprovado pela maioria dos quotistas reunidos em Assembléia Geral. Este fato amplia a exposição de risco dos quotistas do Fundo ao desempenho e performance profissional da parte eventualmente em situação de potencial conflito.

g) Ambiente Macroeconômico

As premissas de cada investimento serão estabelecidas de acordo com condições macroeconômicas sujeitas a alterações, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e imobiliário brasileiro. Nesse caso, os ganhos do Fundo podem ser prejudicados, causando eventuais prejuízos aos quotistas. Além disso, alterações macroeconômicas podem aumentar a inadimplência gerando prejuízos ou reduzindo ganhos dos quotistas.

6. Atendimento aos Quotistas

Para reclamações e sugestões favor entrar em contato conforme dados a seguir:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
At.: Simone Rosa
Tel.: (21) 3974.4500
Fax.: (21) 3974.4501
Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrasil.com.br
Website: www.mellonbrasil.com.br

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda
Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 3301 – Rio de Janeiro – RJ
At: Delano Octavio Jorge Franco
Correio Eletrônico: delano@mellonbrasil.com.br
Tel.: (21) 2510-9970/2150-9902
Fax. (21) 2510-9901

7. Informações sobre as Partes

7.1. Administrador

A Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi constituída em dezembro de 1997 como uma *joint venture* entre a Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan S.A., para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfólio de serviços financeiros e as alterações em sua estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon, subsidiária da Mellon Financial Corporation, a qual atua em quatro linhas de negócios: *asset management*, *asset allocation*, *asset servicing* e *corporate governance*.

A atividade de *asset servicing* é exercida pela Mellon, líder em serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e *compliance* são prestados para mais de 500 (quinhentos) fundos de investimento, totalizando R\$38 bilhões, na data-base de outubro de 2006. A Mellon zela, ainda, pela boa aplicação dos recursos, respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos de investimento e a integração com a política de investimento própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

A empresa zela, ainda, pela boa aplicação dos recursos, respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos de investimento e a integração com a política de investimento própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

A acionista controladora da Mellon, Mellon Financial Corporation, fundada em 1869, com sede em Pittsburgh, na Pensilvânia, é uma corporação de serviços financeiros que se posiciona entre os líderes em serviços financeiros no mundo, com US\$5,5 trilhões de ativos sob serviços de administração, custódia e gestão, sendo US\$995 bilhões sob gestão, na data de dezembro de 2006.

Sua posição é de liderança em serviços financeiros no mundo: é o maior custodiante global e o 12º (décimo segundo) maior gestor global, segundo a revista *Pensions & Investments* - Setembro de 2006. As linhas de negócios em que atua abrangem gestão de recursos em fundos exclusivos, mútuos e patrimônios, e soluções de tecnologia para serviços financeiros para clientes institucionais e corporativos.

A Administradora é instituição financeira autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

7.2. Gestor

A Mellon Global Investments, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 6977, de 02/10/2002, é uma subsidiária do Mellon Group e no Brasil, é uma empresa independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

Fundado em 1869, atualmente o Mellon Financial Corporation possui US\$ 592 milhões de dólares em ativos sob gestão e é o sexto maior gestor de recursos nos EUA, além de estar posicionado em 11º lugar no ranking de gestores globais.

Os recursos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil são custodiados no Banco Bradesco S.A., auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita à Mellon Global Investments - Brasil dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando ao cliente total transparência nos serviços prestados. O grupo Mellon atua no Brasil desde 1998.

Atualmente a Mellon Global Investments - Brasil possui R\$ 4,5 bilhões em ativos sob gestão distribuídos em fundos de Renda Fixa, Derivativos e Ações voltados para pessoas físicas, pessoas jurídicas e clientes institucionais, além da gestão de empresas sendo observadas as práticas de Governança Corporativa.

A filosofia da empresa baseia-se na otimização da relação risco x retorno, com o foco na preservação de capital, e a excelência de nossa gestão faz com que diversos fundos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil sejam premiados por empresas especializadas, como Exame, Invest Tracker e Gazeta Mercantil.

7.3. Custodiante

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia ("DAC"), está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, dentre outros, há mais de 30 anos.

O DAC presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

8. Relacionamento entre as Partes

8.1. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

8.2. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão do Gestor ser gestor da carteira de outros fundos de investimento que têm como administrador o Administrador e o fato de ambos fazerem parte do mesmo grupo econômico.

8.3. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto e do relacionamento existente em razão do Gestor ser gestor da carteira de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

ANEXO

REGULAMENTO DO FUNDO